

## AUTONOMIA NO TEMPO DA JUVENTUDE:

### UM ENCONTRO COM A JUVENTUDE EM CABO VERDE

José Maria Dias Teixeira, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PEC/PG, bolsista do CNPQ - Mestrado. [zelantuna@gmail.com](mailto:zelantuna@gmail.com)

Se o outro me coloca em dúvida a ponto de despojar-me de mim, é porque ele mesmo é o despojamento absoluto, a súplica que repudia o eu em mim até o suplício.

Maurice Blanchot, *La escritura del desastre*.

Tendo o país passado 515 anos sob o jugo colonial, é nos 34 anos de independência que, enquanto a sua população triplica - chegando atualmente a quase meio milhão de habitantes - ele passa por uma série de transformações importantes nos domínios social, econômico e político; onde uma economia agrícola constantemente fustigada pelas secas vai cedendo lugar à economia de mercado de modelo liberal; em que a democratização alia-se à massificação da educação, antes privilégio de poucos. Cabo Verde é alçado à categoria de país de desenvolvimento médio e se assiste à escalada do turismo, à migração do campo para cidade e à imigração de jovens de vários países africanos da costa ocidental vizinhos. Tudo isso, associado às novas tecnologias de informação e comunicação, entre outros aspectos, propicia novos modos de ação e tensiona formas de relacionamento, cujas continuidades/descontinuidades demandam olhares mais atentos e cuidadosos.

É visível a luta cotidiana nas relações entre pares e entre as gerações, onde os dispositivos tradicionais de sexualidade e de gênero, transpassados por orientações institucionais de caráter biopolítico, apropriados pelo estado *moderno*, parecem intensificar o processo de exclusão, de estigmatização e, conseqüentemente, de estratificação social. A trama do machismo e do patriarcado, enquanto roteirizadora dos diferentes modos de pensar e de agir, aliada tanto às expectativas sociais, familiares e ideológicas quanto, mais recentemente, às produções desejanças da ordem da materialidade capitalista distribuem sugestões imperativas, cujos efeitos ganham *corpo* nas ações micropolíticas e encravam o tempo presente dos jovens. Perante a acentuada mudança na dinâmica de organização social, a grande mobilidade escolar posterior à independência jogou o analfabetismo (19%) para o setor dos adultos e intensificou a contraposição entre jovens e adultos. De modo que o universo jovem e o mundo adulto, na circunstância atual, estão longe de uma cooperação pacífica. Se os primeiros têm maior nível de instrução, mas dependem financeiramente dos pais, inclusive, para prosseguir os estudos além do nível secundário, os pais, com francas dificuldades em acompanhar as desenvolturas dos jovens, trazem uma perspectiva de educação e controle ainda muito marcada pela repressão.

É neste contexto que este trabalho procura pensar a autonomia como experiência de si, no contexto das relações de sexualidade e de gênero, no seio da camada juvenil. E busca, nesta abordagem, a partir das informações disponíveis em estudos, documentos do setor da juventude, histórias ficcionadas em literatura e as efetuações inscritas na nossa trajetória individual/coletiva, dar visibilidade aos diferentes operadores categóricos que são comodamente reinstalados ao longo do tempo, elucidando os regimes de poder que definem as formas a partir das quais vários problemas são reafirmados, e cujas reconfigurações, hoje, são transcritas numa lista de comportamentos *inadequados* - muitos dos quais tidos por gravosos - que se transformam em formas comuns de se referir aos jovens. Neste contexto, torna-se um imperativo tentar apreciar de novo esses fenômenos por outros ângulos de visão; talvez uma análise histórica das âncoras de sustentação dos problemas e, principalmente, a inversão do modo de ver - parafraseando Larosa (1998, p.8), *o olhar do outro não como o que olhamos, mas como o olhar que nos olha e que nos interpela* - criem condição de possibilidade de afirmação da potência da vida.

As questões e as inquietações são históricas, apesar de nem sempre vistas e entendidas do mesmo modo. Nas circunstâncias atuais, porém, vivências e experiências bastante próximas no tempo separam hábitos sexuais e modos relacionais das dobras de sensibilidades diversas, onde vidas ainda pululam em espaços familiares compartilhados. Assim, tanto as questões geracionais como as relações de gênero reclamam novas problematizações: um conjunto de transformações sociais, educacionais, econômicas e políticas que, inescapavelmente, trazem questões bastante candentes. Mães solteiras e famílias monoparentais, pobreza e dependência econômica e afetiva das jovens em relação aos seus namorados, a violência baseada no gênero, as iniquidades e irresponsabilidades dos jovens são justificativa das instituições e âncoras de defesa social/institucional para os problemas e os riscos em relação aos quais as preocupações se tornam inquietantes. Resultam em atitudes de defesa, na/e entre as instâncias familiares, escolares e o social de um modo geral, enquanto não se coíbem de culpabilizar/responsabilizar os jovens. Vários comportamentos sexuais dos adolescentes e jovens, focalizados nas classes populares, são diagnosticados e ganham contornos estigmatizantes em Cabo Verde, não só pela pressão social que procura exercer o controle sobre o sexo, principalmente o feminino, como também pelos ideais de saúde reprodutiva e de comportamentos saudáveis que se nutrem em estudos *científicos* e princípios universalizados.

Assim, procurou-se por um lado, tomar a *iniciativa sexual* como um analisador para elucidar pressupostos categóricos que orientam as condutas dos jovens e, por outro, rever as estratégias políticas de controle social. No primeiro aspecto, se intenta lançar um olhar sobre as configurações de iniciativa sexual - entendidas como aquelas iniciativas que criam condições de possibilidade de dar corpo/voz às experiências sexuais dos jovens em seu tempo presente, com seus desafios, seus prazeres, suas inquietações e tensões inerentes. Faz-se conveniente aqui seguir os rituais, as iniciativas sexuais do ponto de vista do gênero, enquanto prática grupal e individual - tentativa de construir trilhas onde se podem observar as marcas dos encontros e dos confrontos, elucidadas pelas respostas diante das exigências que imperam sobre juventude e o enigma trazem consigo, muitas vezes sob a forma de um silêncio que uiva. Por esse caminho pode-se talvez enxergar melhor as configurações que se fazem presentes enquanto escapes ou possibilidades de afirmação de uma autonomia; ou, de forma diferente, esboçar um processo de afirmação da liberdade. Efetivamente, o cenário atual é de mudanças e de transformação permanentes, onde a transição da juventude é mais certeza daquilo que se deixou para trás do que realização de

alguma expectativa. Os jovens (individuais ou em grupos) se posicionam, experimentam, desencadeiam os processos de vida que lhes cabem; e dão o que pensar.

### **Construindo processos de autonomia e de juventude**

Nessa análise, porém, procurou-se apartar-se dos discursos de “crise”. Pois, admitir a possibilidade de pensar a juventude, ante as “crises” já cansadas de tanta culpa (crise de valor, crise do sujeito, crise de paradigmas, etc.), incita, como afirma Larosa (2003, p. 9), “a desconfiar de todos esses discursos sobre a crise nos quais tudo está em crise exceto o discurso seguro e assegurado que a nomeia, a diagnostica e antecipa sua solução.” Por isso, aqui, segue-se os que aceitam entrar no jogo de esconder/revelar, para encarar novos ângulos de visão da questão; que aceitam o desafio de pensar. Como sugere Michel Foucault, não o de *bem pensar ou pensar bem*; mas talvez de *pensar de novo, de outro modo*. Um pensar que ao mesmo tempo não pretende reproduzir/produzir conhecimentos e escapa às grades das representações e de compromissos messiânicos.

A partir do cenário diverso e heterogêneo descrito dos desdobramentos da juventude, se faz conveniente tentar estabelecer o sentido em que se a toma. Certamente, refere-se a juventudes. A Juventude é concebida aqui como diversidade e como processo. Isto “possibilita acatar sua heterogeneidade, uma vez que reconhece os efeitos diferenciais das condições materiais de existência nas trajetórias.” (HEILBORN, 2006, p. 231).

Estudos têm mostrado que, à medida que se avança na tentativa de estabelecer seus contornos, o conceito de juventude se torna ainda mais polissêmico. A análise do seu caráter histórico demonstra que, tal como outras categorias identitárias, ela é produzida, retroalimentada e transformada permanentemente por discursos e práticas, por se encontrar sempre atravessada por um conjunto de moderadores instituídos (culturais, profissionais, econômicos, afetivos, reprodutivos, educacionais, estéticos etc.), de modo que os critérios etários e socioculturais se tornam nebulosos. Ela se rejuvenesce, é reinventada com tanta velocidade que a prudência orienta que se siga o processo, que se procure estabelecer pontes para os encontros, evitando-se assim a reprodução exatamente daquilo que ela não é, ou que já deixou de ser. Mesmo quando é pensada em termos de *transição*, não é claro o ponto de chegada dos que transitam. Porém, para a Organização Mundial da Saúde (WHO), 1999, trata-se da faixa etária entre os 10 e 19 anos. Já na legislação cabo-verdiana considera-se adolescente a faixa etária que vai dos 12 aos 19 anos incompletos e a juventude, dos 15 aos 24 anos. Portanto, neste trabalho, segue-se os processos, mais pelas “criações coletivas” do que pelas “representações”. (DELEUZE, 1992, p. 209).

Assim, nos termos de Louro (2004), relativamente às teorias “queer”, poder-se-ia dizer que é preciso tomar o *conhecimento* da juventude como uma *questão interminável*, permanente, através dos encontros que se possa travar, para se evitar produzir a *ignorância*. Posto que a adolescência criada no século XIX perde a sua natureza conflitual interior, a sua dependência emocional dos familiares, afasta a infância e para esta a sua insegurança, e ganha a juventude assim como se perde nela, se confunde com ela. Desta forma, hoje, é sobre esta juventude que a sociedade se projeta e deposita o papel da continuidade social. Por isso a vigia e controla. Lulianelli (2003, p. 44) afirma que “os jovens também se reconhecem como diferentes dos grupos etários mais velhos. Eles se

autoavaliam como desiguais em relação aos adultos, dotados de interesses específicos, e muitas vezes concebem a juventude como condição permanente”. Neste sentido, conforme sugerem, a procura de singularidade torna-se uma questão premente para todos, ante um contexto de produção maciça da juventude, e onde se investe menos nas condições sociais de existências dos jovens do que na acumulação de capital.

Apesar de hoje se ter um acúmulo de conhecimento, uma vasta produção *científica*, sobre as formas de ser, de estar e de se relacionar da juventude, nunca se teve tanto receio dos jovens, tanto medo do seu potencial transformador/transgressor - o que faz continuar viva a *vontade de saber* que busca conhecer suas consciências e, através destas, controlar suas práticas. Este procedimento coloca o jovem distante do seu presente, *desapossado do seu mundo*, levando-o a perder sua experiência de vida em seu tempo real. Mobilizado, em suma, por conhecimentos tornados princípios categóricos que tornam o indivíduo assujeitado, mal conseguindo livrar-se de si mesmo, porque cada vez menos consegue pensar suas práticas e agir de forma livre e autônoma.

Mas tomando a autonomia no seio da camada juvenil como vivência congruente da experiência de si, como se propôs neste trabalho, será preciso escapar-se das armadilhas da subjetividade que o jovem traz, enquanto sujeito produzido pelo processo de individuação. No dizer de Guattari & Rolnik (2005), seria conveniente dissociar radicalmente os conceitos de indivíduo e de subjetividades. Estes autores demonstram que “enquanto a subjetividade é produzida e modelada no registro social, a individuação agencia-a no próprio corpo do indivíduo, sendo este mais um registro da série”. (idem, p. 49). Será preciso poder pensar, portanto, que o indivíduo encontra-se atravessado por instituições/instituídos que muitas vezes dificultam a possibilidade de exercer uma autonomia vivencial/experiencial singular, perante um poder que se exerce por todos os lados e em todos os espaços; que encurrala o indivíduo, impondo-lhe uma identidade e submetendo-o a um processo maquínico de produção de desejo e a consequente apropriação do indivíduo através das subjetividades nele depositadas.

A autonomia, portanto, não é tida como aquela que é estabelecida a partir das perspectivas de representação – sendo outorgada aos jovens, considerando suas supostas características específicas ou pertença a determinados grupos etários, baseando-se em pressupostos representacionais, ou em concessões a uma maturidade aguardada. Também não se estabelece a partir de princípios de tolerância a configurações específicas, reservados a certos grupos culturais ou a uma cultura nacional diferenciada. Ela pretende justamente *abalar as calcificações de figura* (Suely Rolnik, 1994) e esses reducionismos relativistas. A autonomia é um processo que se exerce na prática cotidiana imanente que, muitas vezes, só pode ser pensada a partir da inversão da direção do modo de olhar.

### **Imagens das juventudes**

Os jovens, durante o período colonial, sobretudo os do sexo feminino, eram tomados por crianças durante todo o período anterior às uniões. Já os rapazes tinham a liberdade de autogovernar-se. Por essa altura, a filha que engravidasse ou simplesmente perdesse a virgindade e, imediatamente, não se casasse com o parceiro constituía-se numa desonra para a família, e começava uma vida de penúria junto dos pais, ou de familiares -

quando eventualmente fosse expulsa da casa dos pais. A iniciação sexual era referida como tornar-se mulher ou tornar-se homem. Modo de transição direta, pois, para *idade adulta*, entendida assim mais pela responsabilidade e obrigação advenientes do que pelo desenvolvimento de algum nível de habilidade. Somente quando unidos, os jovens tinham uma margem de liberdade, muito parecida ao que anotam Reichert & Wagner, (2007, p. 49): “... refere-se à capacidade dos jovens agirem por conta própria. Nesse caso, uma alta independência é realmente necessária para se tornar autônomo.” Porém, apesar do regime matrimonial monogâmico imposto principalmente às mulheres de quem se exigiam severamente a castidade e a fidelidade, inseridas num processo de socialização que se iniciava muito antes do casamento, desde muito cedo se instituiu como hábito cultural comum e generalizado em Cabo Verde uniões livres de um homem com várias mulheres. Desta forma, a inserção social se fazia pelos seus caminhos formais e informais.

Da independência à democratização do país, a aproximação das escolas das comunidades e o ideal de educação para todos criaram condições para que determinadas atitudes fossem pensadas, ainda que não fosse possível mudá-las imediatamente. Aliada à massificação da educação são criadas várias militâncias sociais e organizações de promoção da mulher, surgem diversos movimentos sociais de emancipação feminina. Momentos marcados também pela vontade coletiva de se distanciar do período anterior (hábitos, rituais, valores tradicionais, etc.), de modo que os rituais anteriores se tornam folclóricos para os jovens - quase sem valor, embora sujeitos a um quadro de formalidades ainda esperado pelos pais. Os instantes que marcaram a independência e a abertura ao multipartidarismo foram instantes de experiência de vida nas *bordas*. Momentos marcadamente instituintes ou pelo menos desinstitucionalizadores. Embora dentro de certos limites. Este processo não garantiu à homossexualidade, por exemplo, expressão significativa. Retrancada pela moral permaneceu na sua doença, como desvio da natureza e com o seu jeito afeminado.

Contudo, os acontecimentos levaram a um certo desvio da história. Como diz Deleuze, é importante que o social se eleve ainda que seja por instantes. “(...) quando acontecem, escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes. Mesmo se na sequência eles engendram novos poderes ou tornam a integrar novos saberes. Mas naquele preciso momento eles têm efetivamente uma espontaneidade rebelde” (DELEUZE, 1990, p. 217). Porém, novamente segundo o autor, o devir-revolucionário não deve ser confundido com o futuro das revoluções. Seria, conforme salienta, o caso “de remontar, instalar-se nos acontecimentos, nascer e morrer neles; processualidades que demarcam da história e instalam o devir-revolucionário nas pessoas” (idem, p. 211).

Com as mudanças sociais e políticas, a virgindade para o casamento entrou em declínio, embora o namoro, em sectores sociais tradicionais distantes das cidades, ainda permaneça casto sob o auspicioso olhar sobre a virgindade. Entretanto, os contatos sexuais começam a mover-se de acordo com a iniciativa do/a interessado/a: os namoros mais livres, as jovens podem se exhibir com roupas mais curtas, mudam de namorados caso não estejam mais interessadas na relação anterior, saem para frequentar boates, e, enfim, podem ter iniciativas também na busca do prazer. Tornam-se visíveis as dificuldades dos pais para controlar a relação dos filhos (as) com os namorados (as).

Assim, o Estado procura reforçar o controle, através das escolas, dos programas de Saúde Reprodutiva, das instituições de promoção de educação sexual e gênero. Apesar das várias mudanças normativas e legais ocorridas nos últimos anos, que pretendem beneficiar a mulher e os jovens, é visível o desconforto entre as gerações e o modo de ver os comportamentos dos jovens. As escolas ainda têm dificuldades em suprir as fraquezas e dificuldades das famílias, na medida em que há uma deficiente preparação dos professores para lidarem com dimensões mais afetivas e relacionais da sexualidade (além do biológico e do corpo reprodutivo), porquanto a consideração sobre a diversidade sexual permanece remota. Ali, há alguns anos, a tensão se instalou a propósito das alunas grávidas do nível do ensino secundário, que são orientadas a abandonar a escola - uma tentativa de recuperação tardia da moralidade tradicional e institucional. E as justificativas e justificações que o debate suscitou trazem à tona a estratégia biopolítica denunciada por Foucault (1978) de potencializar a vida (proteção das alunas, a salvaguarda da saúde dos bebês e das jovens mães), mediada pela garantia de reingresso das alunas no ano seguinte e a criação de figuras institucionais para acompanhar estes casos, promover ações de sensibilização e de prevenção da gravidez/maternidade na adolescência - porquanto as que engravidam não devem ficar na escola, em nome de sua própria proteção, e das/os colegas, certamente!

Atualmente, as relações aparentam-se mais abertas ao prazer e à exploração de contatos variados, mais livres e estilizadas por iniciativas dos jovens. Entre a indissociabilidade na senda da dependência econômica dos jovens a seus pais e a incompatibilidade do modo de ver e de encarar a realidade, surge uma infinidade de dificuldades que ressoam no corpo social como um todo, e exigem outro modo de pensar. Especialmente as jovens, quando as atitudes e iniciativas se assemelham àquelas tradicionalmente atribuídas aos rapazes, são categorizadas de prostitutas ou seu devir. Estudos vários, institucionais e etnográficos, tendem a indicar tais atitudes como tendência à prostituição, particularmente quando se trata de iniciativas de jovens em idades muito baixas. E realçam uma série de problemas, agravados, por um lado, pelas preocupações com as doenças sexualmente transmissíveis e, por outro, pelo destaque que se dá à gravidez na adolescência, ambos reforçados pela crescente midiaticização das preocupações.

### **A reconciliação da juventude com o tempo presente**

Emerge, então, uma questão chave: “como devemos nos comportar com esses recém-chegados tão próximos e tão estranhos, que parecem furtar-se a toda a tentativa de domínio?” (FOURIER, Charles, Prefácio, Infância Emancipada)

Para Heilborn, apesar de ser inegável a necessidade de enfrentá-los, “a maioria dos problemas sociais que preocupam os poderes públicos e a sociedade civil já existia mesmo antes de suas *descobertas*.” (Lenor, 1989; Jenkins, 1996, apud HEILBORN ET al, 2006, p. 30). E demonstra que não seria o caso somente de desconstruir o problema, submetendo-o a um exercício de relativização, mas de evidenciar as condições sociais e históricas de sua emergência, bem como de salientar como sua condição atual pode escamotear realidades sociais distintas e possíveis consequências danosas. Lulianelli (2003, p. 45), por sua vez,

afirma que “não há novidade em observar a juventude. Há novidade, porém, nos olhares que se lançam sobre a juventude.”

Não se trata de minimizar os problemas pelos quais os jovens passam num cenário de dificuldades várias. Porém, quando os problemas ganham vida própria, distanciando-se dos seus contextos de origem, é preciso demonstrar os pressupostos, as determinações que os tornaram possíveis e sobre os quais se baseiam, sob pena de se estar a reduplicar o problema e a aumentar a sua perplexidade. Gagnon (2005, p. 317) afirma, citando um eminente teorizador e pesquisador de campo em ecologia, que quando se tem um problema “o melhor procedimento é pegar um nó e desatá-lo delicadamente, e o pior seria de puxar agressivamente pelas pontas”. Seria, de certa forma, resistir ao impulso de recortar o problema a partir de um conhecimento prévio e especializado, evitando assim transformar uma perturbação num problema, pelo seu recorte.

Como se pode ver, no primeiro momento, os contatos dos jovens se davam no contexto do matrimônio que ocorria normalmente antes dos 20 anos. As preocupações, as expectativas e toda a organização social eram diferentes. De modo que, ao se tornarem problemas, será preciso lembrar que as expectativas sociais atuais em relação à juventude estão associadas ao aumento da duração da escolaridade, sendo a gravidez ou parentalidade um elemento perturbador do desenvolvimento ideal dessa etapa da vida. Certamente, de forma contrária, se espera dos jovens um percurso acadêmico mais longo, que necessariamente empurra as uniões para a idade mediana de 25,7 anos. (INE, 2005). Em contrapartida, os contatos sexuais são informais e se dão mais cedo. A idade média da primeira relação sexual variou de 16 anos em 1998 (15,3 para os rapazes e 16,3 para as meninas) para 17 anos em 2005 (17 anos para os rapazes e 17,3 para as meninas). Paradoxalmente a *percepção social* tem sublinhado o início cada vez mais precoce das relações sexuais, o que, por si, sugere uma análise mais acurada dessa produção discursiva.

A interrupção dos estudos por motivos de gravidez ou de parentalidade torna presentes preocupações colaterais como o emprego, a inserção social e a independência familiar. Se o mercado tem fraca capacidade de absorver jovens formados com níveis médio e superior, muito menos possibilidade de emprego haverá quando o jovem abandona a escola em etapas próximas do nível secundário. Condições que tornam a gravidez na adolescência um fenômeno social “não desejado” pelo adolescente, onde, por um lado, a erotização precoce é propalada pela mídia, destacando a ignorância e a irresponsabilidade dos jovens e, por outro, critica a falta de autoridade dos pais e a ausência de diálogo entre as gerações. Heilborn, ainda, em relação às preocupações sobre a idade precoce, muito veiculada no discurso médico, destaca que, em diversos países foi demonstrado que os riscos de uma gravidez estão mais relacionados com as características sociais do que com a idade, e que, por exemplo, as mulheres de 15 – 19 anos e suas crianças não correm mais riscos de saúde do que suas colegas mais velhas. Acrescenta ainda que, perante esta desconstrução, o discurso médico se associa ao discurso do psicólogo e, então, definem o risco psicossocial, “dando como diagnóstico a imaturidade psicológica dos jovens”. (HEILBORN, 2006, p. 31). Tal discurso passa a ser utilizado por diversos atores, destacando os graves problemas dos adolescentes e crianças, adentrando assim para o campo da moral e sustentando as intervenções dos atores/multiplicadores sociais, cujas

intervenções oscilam entre a condenação e apoio ao adolescente. Assim, demonstram que as gravidezes fora de união, sobretudo entre os adolescentes, se tornaram mais um problema social do que biológico ou psicossocial das próprias grávidas. Enfim, nas escolas a orientação que se dá às alunas grávidas escamoteia uma série de questões pouco problematizadas a nível micropolítico, como por exemplo, a desigualdade de gênero na negociação do preservativo e a culpa das meninas pela não proteção - como se fosse possível realizá-la sozinhas - encaminhando-as para a dependência das famílias e dos companheiros atuais ou futuros. Intensificadas pelos desdobramentos deste discurso a nível social e nas famílias, as gravidezes precoces tornam-se efetivamente indesejadas, e as meninas entregues, física e moralmente, às famílias e aos namorados.

A iniciativa feminina e o prazer são dois dispositivos que parecem ainda pouco susceptíveis de aceitação. Entretanto, menos pelos pais/adultos do que entre os jovens. As constantes crispações anunciam novas formas de relação; e é quando se acessam as erupções que se fazem no corpo social como enunciadores de novas formas de sentir e de agir que se pode perceber como acabam agredindo, ferindo, pelo que elas representam como avesso à norma. Faz-se conveniente cartografar e pôr em relevo as condições de existência das subjetividades dominantes, seus regimes de poder e suas as linhas de força, seus contornos hegemônicos, explicitados pelas lutas que se travam nas bordas da sociedade. Desta forma e deste lugar, será possível sentir as tensões que as inquietações suscitam, o *mal-estar* que as experiências dos jovens trazem consigo e estabelecer um modo de pensar que aceite o desafio de acolher o incômodo que chega. Os comportamentos que as jovens têm atualmente (iniciativa de vinculação e desvinculação, e de procura de prazer) são atitudes tradicionais e historicamente consagradas ao sexo masculino. Nesse sentido é preciso, parafraseando Foucault (2004, p. 81), ao mesmo tempo espreitar, por baixo da história, o que a rompe e a agita, e vigiar um pouco atrás da política o que a deve incondicionalmente limitar.

Estudos demonstram a tendência a entender as iniciativas femininas como vício, excesso e doença, enquanto a sexualidade masculina continua livre e, em todos os seus desaires, se prova e se comprova a sua virilidade. De fato jovens, em idades muito baixas, são reconhecidas como fazendo parte desta categoria de “anormalidade” pelo jeito de ser (falar e se vestir), pelos lugares que frequentam, etc., sendo que jovens da faixa etária de 15 a 20 anos, enquanto objetos privilegiados de desejos masculinos, tornam o fenômeno mais injurioso; então, precisam ser identificadas, referenciadas a partir de um lugar desprezível (prostituta). Cria-se inclusive a sua periculosidade, pela influência que exercem sobre as outras, seus envolvimento com álcool e drogas, enquanto se constrói seu processo de degradação. Deste modo, restam duas vias: retorno ao colete de forças; ou se verem como prostitutas em potência e em realidade. Uma classe, um grupo específico com problemas comportamentais específicos e que demanda posições institucionais e políticas específicas.

De modo que a relativização de sua compreensão como desvio de comportamentos, sua localização geográfica, sua identificação junto à classe popular e a sua redução a determinados comportamentos dos jovens denotam uma parcialização/simplificação da questão e o conseqüente deslocamento para a ordem de culpabilização moral, o que torna difícil qualquer possibilidade de ação. Mesmo que haja ações específicas sobre determinados grupos de indivíduos considerados desviantes, seja pela coerção/negação ou



recodificação, os determinantes do problema, as categorias de remontagem social mais abrangentes, como o machismo e o patriarcado, permanecerão intactos na sua invisibilidade operante, dando, momentaneamente, uma agradável sensação de se estar a resolver o problema.

Assim, pensar o prazer como um dos exercícios da sexualidade e as iniciativas das meninas como atitudes não necessariamente danosas, descalcificar figuras históricas, adentrando à trama dos agenciamentos coletivos que enformam os problemas, pode criar condições para que surjam outras discussões. Despir-se de máscaras teóricas encomendadas, dos discursos ideologizantes e questionar as estratégias políticas de controle social - este procedimento talvez possibilite a criação de espaços de afirmação e de exercício de si, da autonomia, onde o jovem se possa ver em condições de assumir suas responsabilidades.

Seria de re-encontrar Deleuze (1990) e topar os encontros com a diferença que escapa e se sentir a potência de vida que pulsa rizomaticamente. Aceitar este desafio significa, à partida, deixar ser visto por aquele que se olha, sustentar os devires ao invés de *sobrecodificá-los, de dar-lhes equivalência ou conduzi-los ao extermínio* de acordo com um diapasão tradicional reprodutivista.

Portanto, ao invés de pensar que os jovens não se preocupam com o seu futuro, não têm *razão* e só querem prazer e diversão, é necessário estabelecer novos dispositivos de ver, que permitam colocar a juventude face-a-face com o seu tempo; e, assim, pensá-la não mais a partir dos problemas reais ou virtuais, mas a partir daquilo que emerge dos encontros e dos confrontos, seja com os colegas, com os pais e professores ou a sociedade de maneira geral, seja voltado à formação, à educação ou à saúde. E, deste modo, analisar as condições que se instalam no quadro das novas expectativas sociais, familiares e ideológicas em relação ao que se quer e se espera dos jovens; considerar as preocupações destes refletidas ou opacas em seus modos de sentir, de pensar e de agir, como possibilidades de desencravar experiências e possibilitar a prática de si e a prática social ativa.

## Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. MOTTA de, Manoel (org). *Michel Foucault: Ética e Sexualidade*, Coleção Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1ª Ed. 2004.

FRAGA, Paulo C. P. & LULIANELLI, Jorge A. S. (org.) *Jovens em Tempo Real*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GAGNON, John. *Uma interpretação do desejo: Ensaio sobre a Sexualidade*, Coleção Sexualidade e Gênero. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografia do Desejo*. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes Editora, 2005.

HEILBORN, M. L; CABRAL, C; BOZON, M. *Valores sobre a Sexualidade e Elenco de Práticas: Tensões entre Modernização Diferencial e Lógicas Tradicionais*. in: HEILBORN AT al. (org), *O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e Trajetórias Sociais de jovens brasileiro*. Rio de Janeiro: Editoras Garamond e Fiocruz, 2006.

Instituto Nacional de Estatística (INE), *Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR II)*, Cabo Verde, 2005.

LAROSA, Jorge & SKLAR, Carlos. LAROSA & SKLAR (org.), *Babilônios São. A Modo de Apresentação*, in *Habitantes da Babel: Políticas e Poéticas da Diferença*. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

LAROSA, Jorge & LARA, Núria. *Apresentação*, In: LAROSA, Jorge & LARA, Núria (org) *Imagens do Outro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

LOURO, G. L. *Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre a Sexualidade e Teorias Queer*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

LULIANELLI, Jorge A. S. *Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil*, in: FRAGA, Paulo C.P e LULIANELLI, Jorge A. S. (org.), *Jovens em Tempo Real*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

REICHERT, Claudete B; WAGNER, Adriana. *Considerações Sobre a Autonomia na Contemporaneidade*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, ANO 7. N. 3, 2º Semestre de 2007.